

Metropolização e desenvolvimento regional no Brasil: tendências recentes a partir da PNAD

Mauro Borges Lemos

INTRODUÇÃO

A rápida urbanização do Brasil na esteira do processo de industrialização trouxe consigo o fenômeno da “metropolização”. Em 50 anos passamos de um país rural para um país metropolitano. O êxodo rural significou não apenas a migração do campo para a cidade como também a concentração da população nas capitais estaduais, que crescentemente se tornaram áreas metropolitanas, constituídas pela capital e um conjunto heterogêneo de cidades satélites. As dez maiores áreas metropolitanas do Brasil, definidas pelo IBGE como Regiões Metropolitanas (RMS), concentram mais de 40% da renda nacional. Este rápido crescimento metropolitano brasileiro da segunda metade do século 20 foi desordenado e concentrou também pobreza, desemprego e violência. O fato das taxas de desemprego serem bem acima da média nacional resulta em reprodução ampliada do contingente de miseráveis e da própria violência. A partir dos dados recém divulgados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) para 2004, vamos ver até que ponto são confirmadas as evidências, apresentadas pela literatura, de arrefecimento da metropolização com a emergência de um número expressivo de cidades médias entre 50 e 500 mil habitantes.

A Tabela 1 apresenta a participação das RMS no rendimento total do país em valores reais de 2005. Ao longo do quatro primeiros anos da PNAD nesta década (2001-2004), existe uma ligeira tendência à perda de participação das RMS, de 43,40% em 2001 para 41,04% em 2004. Outra observação relevante é que no ano de recessão econômica da série, em 2003, ocorre uma perda mais significativa, enquanto que no ano de maior crescimento econômico, em 2004, ao invés da esperada recuperação relativa

da fatia de renda das RMS ocorre uma nova redução de participação, que como veremos decorre do aumento mais acelerado do desemprego das áreas metropolitanas na recessão e da recuperação mais lenta da taxa de ocupação na recuperação. Mas não se sabe ainda se a manutenção do crescimento econômico resultará no reforço da tendência de desconcentração metropolitana da renda nacional.

Tabela 1. Participação das Regiões Metropolitanas no rendimento nacional

RM	2001	2002	2003	2004	Variação 2004-2001	Varição 2004 - 2003	Varição da média
Brasil	43,40	43,24	41,58	41,04	-5,45	-1,30	-4,65
Belém	0,91	0,94	0,83	0,90	-0,44	8,59	-6,20
Fortaleza	1,57	1,49	1,39	1,51	-3,81	8,38	-5,23
Recife	1,83	1,77	1,53	1,77	-3,21	15,30	-8,15
Salvador	1,80	1,87	1,64	1,63	-9,30	-0,36	-10,82
Belo Horizonte	3,08	3,25	3,17	3,18	3,19	0,39	0,21
Rio de Janeiro	9,31	9,16	9,28	9,03	-3,06	-2,67	-0,93
São Paulo	16,69	16,60	15,65	14,53	-12,92	-7,15	-9,33
Curitiba	2,41	2,37	2,29	2,71	12,32	18,43	4,45
Porto Alegre	3,49	3,30	3,37	3,35	-4,00	-0,50	-1,08
Brasília	2,31	2,48	2,43	2,42	4,83	-0,31	1,28

Fonte: PNAD 2001, 2002, 2003 e 2004.

Quando analisamos a participação individual das RMS os dados indicam quem está favorecendo e quem está segurando a desconcentração metropolitana. Observa-se que São Paulo e Rio de Janeiro, as duas grandes áreas metropolitanas de referência nacional, perdem claramente participação no período. Em contraste, Brasília, Curitiba e Belo Horizonte, as áreas metropolitanas de segundo nível de crescimento rápido nos últimos 30 anos, ganham participação quando medida pela média móvel da série. Porto Alegre segue com menor intensidade a tendência de São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto nas RMS do Nordeste e Norte a tendência de perda é mais significativa. Essas últimas apresentam alguma recuperação de 2003 para 2004, com exceção de Salvador, que apresenta a maior perda na média móvel dos quatro anos da série. Em síntese, os dados da PNAD evidenciam que a pequena desconcentração ocorrida foi puxada pelas duas metrópoles primazes brasileiras e, subsidiariamente pelas TMS do Norte e Nordeste.

O desempenho desigual do rendimento metropolitano marcado pela redução da participação das duas metrópoles nacionais, aumento da

participação das metrópoles regionais emergentes e redução da participação das metrópoles do Norte e Nordeste, resulta em relativa estabilidade da distribuição dos rendimentos entre elas. A Tabela 2 apresenta um indicador básico de desigualdade, o Coeficiente de Variação (CV), que relaciona diretamente o desvio padrão com a média e assim, prenuncia no curto prazo mudanças prováveis de acontecer na estrutura da distribuição de renda. De fato, o CV se mantém estável entre 2001 e 2003 e apresenta uma pequena redução em 2004, explicada possivelmente pela melhoria da participação de três das quatro RMs do Norte e Nordeste e piora relativa de Brasília de 2003 para 2004. A evolução do índice de Gini, mesmo com o número limitado de observações, aponta também para a mesma direção.

Tabela 2. Coeficiente de variação dos rendimentos entre as Regiões Metropolitanas

Ano	Coeficiente de variação	Gini
2001	1,04	0,45
2002	1,04	0,45
2003	1,04	0,46
2004	0,97	0,43

Fonte: PNAD 2001, 2002, 2003 e 2004.

A importância do rendimento médio da População Economicamente Ativa ocupada na análise da metropolização refere-se ao papel das diferenças salariais na atração inter-regional da força de trabalho e especificamente se os salários mais elevados das RMS estão aumentando ou diminuindo em relação aos centros menores. Uma redução significa uma menor atratividade salarial das RMs. Ao mesmo tempo, as alterações das diferenças salariais entre as RMs indicam que algumas perdem e outras ganham atratividade. Podem ocorrer situações em que a massa de rendimentos de uma RM relativamente às demais aumenta mesmo com rendimentos médios relativos constantes em virtude de um maior aumento do número de ocupados daquela RM, tanto pela redução do desemprego como pelo aumento da População Economicamente Ativa sem redução do desemprego.

A Tabela 3 descreve o comportamento do rendimento médio das RMS no período 2001-2004. Para facilitar a visualização, os resultados estão apresentados na forma de hiato do rendimento médio da RM em relação ao

Tabela 3. Hiato de rendimento das Regiões Metropolitanas em relação à média nacional

RM	2001	2002	2003	2004	Variação 2004-2001	Variação 2004 - 2003	Variação da média
Belém	-8,55	-10,12	-23,10	-17,63	106,23	-23,67	118,20
Fortaleza	-17,57	-19,51	-21,31	-18,72	6,54	-12,15	7,96
Recife	-8,09	-12,79	-19,80	-7,70	-4,84	-61,14	31,72
Salvador	-4,76	-4,75	-12,69	-14,80	210,93	16,63	189,17
Belo Horizonte	6,74	11,34	7,00	9,29	37,94	32,83	-9,91
Rio de Janeiro	30,81	30,46	30,86	28,61	-7,14	-7,28	-2,94
São Paulo	62,49	57,46	53,10	44,45	-28,86	-16,29	-18,67
Curitiba	27,51	27,09	25,20	41,57	51,10	64,94	22,28
Porto Alegre	26,89	29,21	27,88	29,39	9,29	5,40	2,08
Brasília	77,55	92,78	90,51	96,22	24,07	6,31	9,62

Fonte: PNAD 2001, 2002, 2003 e 2004.

rendimento médio do Brasil. Mesmo havendo diferenças entre as RMS, o padrão é semelhante ao do rendimento total, com redução do hiato desfavoráveis às RMS nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro, especialmente a primeira, que em quatro anos reduz seu do hiato de rendimento acima da média nacional de 46% para 26,38%. O aumento do hiato favorável a Brasília é grave, dado a natureza de transferências unilaterais que o sustentam. As duas outras metrópoles emergentes – Curitiba e Belo Horizonte – tendem a aumentar seu hiato positivo, especialmente a primeira. E Porto Alegre, mesmo com perda relativa de seu rendimento total, mantém o elevado hiato positivo de rendimento médio de sua população ocupada. Por fim, a trajetória do hiato de rendimento médio das RMS do Nordeste e Norte é errática, especialmente de Recife e Salvador. Puxadas por São Paulo e Rio de Janeiro, a evolução agregada do hiato do conjunto das RMS em relação à média nacional é de redução no período, o que é positivo para o processo de perda de atratividade das áreas metropolitanas.

Esta perda de atratividade é corroborada pela evolução do hiato de rendimento médio de cada Região Metropolitana em relação à média de seu estado. Nesse caso, uma redução do hiato indica não apenas a uma menor atração da capital e seu entorno metropolitano por parte da população do interior do Estado como também um possível processo de interiorização do desenvolvimento econômico por meio da crescente atratividade de cidades emergentes de médio porte, que pela sua maior taxa de crescimento tende a elevar o salário real médio da localidade. A Tabela 4 apresenta os resultados do hiato estadual para os anos 2001-2004. A tendência é de redução

generalizada do hiato, especialmente na comparação das duas pontas da série, os anos 2001 e 2004. As exceções são apenas Belém, em função da limitação amostral dos estados da Região Norte, enquanto que a PNAD para o Distrito Federal só abrange a cidade de Brasília, excluindo as cidades satélites. As demais Regiões Metropolitanas reduzem substantivamente seu hiato de rendimento.

Tabela 4. Hiato de rendimento das Regiões Metropolitanas em relação à média estadual

RM	2001	2002	2003	2004	Variação 2004-2001	Variação 2004 - 2003	Variação da média
Belém	20,62	14,63	11,31	8,58	-58,41	-24,15	-43,60
Fortaleza	49,85	43,65	44,69	45,14	-9,45	1,02	-3,93
Recife	37,42	34,23	32,17	33,73	-9,86	4,87	-8,03
Salvador	61,56	63,53	44,03	41,39	-32,76	-6,00	-31,71
Belo Horizonte	28,59	31,89	28,13	25,90	-9,41	-7,93	-10,66
Rio de Janeiro	8,20	7,86	7,54	7,41	-9,63	-1,78	-6,92
São Paulo	14,96	13,38	11,01	10,25	-31,49	-6,92	-24,98
Curitiba	22,63	22,87	16,35	23,74	4,92	45,24	-11,89
Porto Alegre	22,78	22,00	19,08	16,41	-27,95	-13,98	-20,74
Brasília	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PNAD 2001, 2002, 2003 e 2004.

Essa mesma tabela indica também a grande heterogeneidade da desigualdade das RMS em relação à média estadual. As RMS nordestinas são as mais desiguais, chegando ao extremo de Salvador em 2001, que apresentou um rendimento médio 62% acima da média do Estado da Bahia. No outro extremo do espectro estão Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, com os menores níveis de desigualdade. É interessante observar que Belém e Salvador experimentam as maiores reduções da desigualdade (redução do hiato) entre 2001 e 2004, com taxas negativas de variação de 44% e 32%, respectivamente. No entanto, as demais metrópoles nordestinas têm reduções semelhantes às metrópoles do Sul-Sudeste, com exceção de São Paulo, que também apresentou uma redução significativa, de 25%, partindo de um nível de desigualdade relativamente baixo no início da década. O resultado evidencia o efeito da interiorização da indústria no Estado, especialmente da agroindústria.

Uma possível explicação estrutural para esta redução do hiato de rendimento médio das RMS em relação à média nacional e à média estadual

é o nível bem mais elevado da taxa de desemprego aberto das RMS, que pressiona a taxa salarial média para baixo. Como mostra a Tabela 5, o patamar da taxa de desemprego das RMS é de dois dígitos enquanto da taxa média brasileira variou no período em torno de 9%. As duas áreas metropolitanas com as maiores hiatos de rendimento acima da média nacional, as RMS sulinas de Curitiba e Porto Alegre, são aquelas com as menores taxas de desemprego, que ficaram abaixo da taxa média brasileira em 2004. Por outro lado, as áreas metropolitanas nordestinas – Fortaleza, Recife e Salvador –, não apenas possuem hiatos negativos de rendimento como também possuem elevadas taxas de desemprego. Observa-se que São Paulo, com hiato de rendimento em forte declínio, possui também elevadas taxas de desemprego. E Brasília mais uma vez apresenta uma situação paradoxal: elevada taxa de desemprego combinada com um elevado e ascendente hiato positivo de rendimento.

Tabela 5. Taxas comparativas de desemprego metropolitano

RM	2001	2002	2003	2004	Variação 2004-2003	Variação (%) 2004- 2001	Variação da média
Belém	14,13	13,10	11,86	11,82	-0,31	-16,32	-13,04
Fortaleza	11,96	13,48	13,61	13,08	-3,86	9,39	4,91
Recife	14,02	14,86	17,51	17,79	1,56	26,82	22,19
Salvador	15,62	19,30	19,79	19,35	-2,24	23,85	12,07
Belo Horizonte	12,65	12,17	11,69	12,14	3,82	-4,06	-4,01
Rio de Janeiro	12,70	12,20	13,61	11,90	-12,52	-6,25	2,45
São Paulo	13,16	13,46	14,60	14,01	-4,10	6,42	7,46
Curitiba	9,43	9,07	9,37	8,09	-13,64	-14,21	-5,67
Porto Alegre	8,70	9,95	10,04	8,85	-11,83	1,73	1,29
Brasília	14,49	14,08	13,78	14,34	4,03	-1,04	-1,57

Fonte: PNAD 2001, 2002, 2003 e 2004.

Além disso, a evolução no período das taxas de desemprego das RMS é pior do que a taxa média brasileira, indicando menor capacidade de reação do desemprego metropolitano às variações do nível de atividade econômica, em particular com a recuperação da economia em 2004. Com exceção do Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre, as variações das taxas de desemprego das RMS foram positivas e, quando positivas, abaixo da significativa redução da taxa média nacional.

Um último aspecto relevante na análise da tendência à atenuação da metropolização medida pela redução da desigualdade do interior brasileiro

em relação à renda metropolitana é o da evolução da renda per capita familiar. Ao contrário do rendimento médio, que mede os ganhos do trabalho da População Economicamente Ativa ocupada, o indicador renda per capita familiar mede o rendimento médio de toda a população, incluindo todos os membros das famílias, inclusive os membros ativos desempregados. Mostra, portanto, mais diretamente a melhoria das condições de vida do ponto de vista do poder de compra dos indivíduos, ativos e inativos, de cada Estado da Federação e do interior brasileiro vis a vis as Regiões Metropolitanas. A Tabela 6 mostra que a tendência de atenuação da metropolização também se manifesta pela redução relativa à média nacional das rendas per capita familiares das Regiões Metropolitanas no período, tanto pela taxa de variação entre os anos extremos (2001 e 2004) quanto pela média móvel dos quatro anos. Além de Brasília, caso atípico como receptora de transferências unilaterais inter-regionais, as exceções são o Rio de Janeiro pela medida da média móvel, e Belo Horizonte e Curitiba pelas duas medidas, as quais são as duas metrópoles emergentes que mais se beneficiaram da desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo.

Tabela 6. Evolução da renda per capita familiar das Regiões Metropolitanas em relação à média nacional

RM	2001	2002	2003	2004	Varição 2004-2003	Varição 2004-2001	Varição da média
Belém	83,07	86,11	75,40	82,68	9,65	-0,47	-6,56
Fortaleza	86,53	79,32	74,06	83,43	12,65	-3,59	-5,05
Recife	89,65	87,25	77,87	88,49	13,63	-1,30	-5,96
Salvador	103,06	103,39	89,63	89,25	-0,43	-13,40	-13,36
Belo Horizonte	114,02	119,98	117,81	118,63	0,69	4,04	1,04
Rio de Janeiro	144,12	139,76	143,19	142,72	-0,33	-0,97	0,71
São Paulo	151,24	157,91	144,48	136,00	-5,87	-10,08	-9,27
Curitiba	144,50	135,33	133,05	152,61	14,70	5,61	2,08
Porto Alegre	157,41	147,90	147,35	150,59	2,20	-4,34	-2,41
Brasília	192,23	204,32	198,93	194,62	-2,16	1,25	-0,76

Fonte: PNAD 2001, 2002, 2003 e 2004.

A evolução das rendas per capita familiares das Regiões Metropolitanas em relação à média estadual da unidade da Federação respectiva indica também a tendência à redução das desigualdades intra-regionais de renda, possivelmente favorecendo as cidades médias emergentes. A Tabela 7 mostra que esta redução é generalizada, excetuando o Rio de Janeiro e Belém, esta última relativo à taxa de variação dos extremos, lembrando que esta RM

existe o problema amostral de não cobertura do conjunto do Estado do Pará. Chama a atenção novamente o caso de Salvador, cuja variação relativa da renda per capita, à semelhança do hiato de rendimento, é a maior dentre as Regiões Metropolitanas.

Tabela 7. Evolução da renda per capita familiar das Regiões Metropolitanas em relação à média estadual

RM	2001	2002	2003	2004	Varição 2004-2003	Varição 2004-2001	Varição da média
Belém	124,17	123,67	121,07	124,23	2,61	0,05	-1,02
Fortaleza	155,20	147,33	139,37	145,94	4,71	-5,96	-5,69
Recife	143,68	142,98	135,81	138,18	1,75	-3,82	-4,42
Salvador	184,67	179,95	154,22	153,12	-0,71	-17,09	-15,71
Belo Horizonte	121,39	129,58	128,34	119,16	-7,16	-1,84	-1,38
Rio de Janeiro	106,98	106,67	106,96	107,11	0,14	0,12	0,19
São Paulo	110,63	114,69	107,92	106,40	-1,41	-3,83	-4,89
Curitiba	139,83	130,49	121,15	131,42	8,48	-6,01	-6,57
Porto Alegre	129,69	127,34	120,71	120,42	-0,24	-7,15	-6,19
Brasília	100,00	100,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PNAD 2001, 2002, 2003 e 2004.

Para finalizar a análise das tendências do processo de metropolização sob a ótica do desenvolvimento regional no Brasil é importante verificar se a atenuação da concentração da renda nacional e estadual nas áreas metropolitanas, nesta primeira metade da década, vem se dando em consonância com a redução das diferenças de renda per capita entre as metrópoles, o que sem dúvida contribui para uma redução das desigualdades regionais no país, dado a função de centralidade urbana das grandes áreas metropolitanas na ordenação do território nacional. Para isso, os valores das rendas per capita familiares das RMs foram corrigidos pela paridade do poder de compra (PPC) de cada área metropolitana, tendo em vista as diferenças de custo de vida entre elas. A Tabela 8 mostra os resultados para o período 2001-2004, tomando a Região Metropolitana de São Paulo como referência (= 100) já que se constitui na principal metrópole do país. De fato, observa-se uma tendência generalizada de redução das diferenças de renda per capita entre as chamadas metrópoles regionais menos desenvolvidas e a RMSP, com a única exceção de Salvador. E no caso das metrópoles regionais mais desenvolvidas, Curitiba, Porto Alegre e Brasília, a exceção é Porto Alegre, que reduz seu maior nível de per capita em à metrópole paulista. O caso do Rio de Janeiro é interessante. Seu tradicional nível da renda per capita acima

de São Paulo em função do peso do funcionalismo público federal, em especial os inativos, vinha caindo ao longo das décadas, desde a transferência da capital federal para Brasília. A novidade dos dados da PNAD 2001-2004 é que tendência de evolução da diferença parece apresentar uma importante mudança nesta década, indicando uma recuperação relativa da diferença a favor da antiga capital federal. A taxa positiva de variação (pelas duas medidas) pode indicar um início de recuperação econômica do Rio de Janeiro enquanto metrópole nacional.

Tabela 8. Diferenças de renda per capita familiar entre as Regiões Metropolitanas brasileiras

RM	2001	2002	2003	2004	Varição 2004-2003	Varição 2004-2001	Varição da média
Belém	63,61	63,14	60,44	70,40	16,48	10,68	3,22
Fortaleza	69,65	61,14	62,39	74,67	19,67	7,21	4,80
Recife	75,62	70,48	68,76	83,00	20,71	9,76	3,87
Salvador	81,05	77,88	73,79	78,05	5,77	-3,70	-4,46
Belo Horizonte	90,61	91,32	98,01	104,83	6,97	15,70	11,49
Rio de Janeiro	106,68	99,08	110,95	117,48	5,88	10,12	11,02
São Paulo	100,00	100,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Curitiba	112,93	101,30	108,85	132,64	21,85	17,45	12,72
Porto Alegre	120,17	108,13	117,75	127,83	8,56	6,38	7,57
Brasília	124,92	127,16	135,32	140,64	3,93	12,59	9,47

Fonte: PNAD 2001, 2002, 2003 e 2004.

Se confirmadas essas tendências para o ano de 2005, a partir dos dados da nova PNAD, estaremos vivenciando no país um ponto de inflexão no processo de metropolização, até então considerado a principal característica do processo de urbanização da industrialização brasileira do pós-guerra.

Resumo

A rápida urbanização do Brasil na esteira do processo de industrialização trouxe consigo o fenômeno da “metropolização”. Em 50 anos passamos de um país rural para um país urbano, predominantemente metropolitano. O êxodo rural significou não apenas a migração do campo para a cidade como também a concentração da população nas capitais estaduais, que crescentemente se tornaram áreas metropolitanas, constituídas pela capital e um conjunto heterogêneo de cidades satélites. A partir dos dados recém divulgados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2004), são apresentadas fortes evidências de que metropolização foi arrefecida nesta primeira metade da década de 2000, com a

emergência de um número expressivo de cidades médias entre 50 e 500 mil habitantes. Fica também evidenciada a redução do hiato de rendimentos entre as Regiões Metropolitanas, em que São Paulo e Rio de Janeiro perdem posição relativa em prol de metrópoles emergentes do Sul-Sudeste, como Curitiba e Belo Horizonte, e em menor para Regiões Metropolitanas do Nordeste e Norte.

Abstract

The phenomenon of fast urbanization is an important feature of the Brazilian industrialization after the Second World War. In fifty-year span the country has undergone a structural change from rural to urban life. The rural exodus not only resulted into a huge migration flow of people from countryside to town but also a strong population concentration in large cities, the metropolitan areas. The recent publishing of the 2004 data of the National Household Survey (PNAD) brings non-expected findings regarding the slowdown of metropolization in the first half of this decade. And it seems that such a slowdown is benefiting the middle-sized cities. In addition, the income gap between more developed metropolis, as São Paulo and Rio de Janeiro, and second-tier ones, as Curitiba and Belo Horizonte, seems to be closing. Although in a less extension, this has also occurred in relation to the less developed metropolis of the Northeast and Northern regions.

O Autor

MAURO BORGES LEMOS é doutor em Economia e professor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).